

CAPÍTULO 4

União Nacional dos Estudantes (UNE)

A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi criada em 1937 durante o Estado Novo. Desde então, as ações promovidas por tal entidade vêm sendo marcadas por ideias progressistas, em defesa da democracia e do nacionalismo, contra os regimes ditatoriais e com críticas às contradições do processo de consolidação do capitalismo industrial no Brasil. Como descreve Marcos Mesquita (2003), o surgimento da UNE está diretamente ligado à expansão da educação superior no país e ao crescimento dos centros urbanos. Vale destacar que, naquele contexto, a maioria dos militantes era formada por jovens de classe média, brancos e do sexo masculino, o perfil padrão de estudante universitário do período.

Desde seus primórdios, a UNE esteve ao lado de diversas lutas e movimentos sociais populares e de esquerda. Isso significa que o movimento se voltava apenas a favor da educação universitária, mas também de outros níveis de ensino e de grupos, tais como os operários e os camponeses, como pode ser depreendido da seguinte passagem do I Seminário de Reforma Universitária, em 1961: “As perspectivas do movimento estudantil brasileiro são, pois, francamente favoráveis a uma união de todos pela luta que se trava no presente [...] pela luta anti-imperialista e anticapitalista do povo brasileiro, por uma união operário-estudantil-camponesa cada vez mais efetiva” (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 1961, apud MESQUITA, 2003, p. 22).

Vistos como “comunistas” pela ala conservadora da sociedade, a entidade foi posta na clandestinidade assim que foi dado o golpe militar em 1964. No mesmo ano, o incêndio na

sede da UNE, no Rio de Janeiro, incitou mais ainda o repúdio dos militantes, principalmente dos estudantes, mas também de artistas de vanguarda e pessoas que se posicionavam contra o regime ditatorial, fazendo com que se radicalizasse mais intensamente a oposição ao autoritarismo do governo. Não obstante a ilegalidade e a repressão, eles passaram a se mobilizar em torno de formas de resistência mais radicais, como foi o caso da guerrilha, tanto urbana quanto rural. Apesar de ter surgido durante o período varguista, a atuação da UNE como movimento social de contestação se reconfigurou drasticamente a partir das mobilizações coletivas do fim dos anos de 1960, recebendo influências, inclusive, dos movimentos que eclodiram ao redor do planeta em 1968. Daí que o movimento estudantil pode, também, receber a denominação de “novo movimento social”. Sob essa rubrica, está

[...] um novo tipo de expressão coletiva que introduz outros atores sociais organizados sob outras referências não ligadas às tradicionais esferas e aos canais “clássicos” de representação social (partidos, governos, sindicatos etc.), redescobrimo novos modos de intervenção que exigiam um novo olhar sobre a expressão política do cidadão comum (SOUSA, 1999, p. 117, apud MESQUITA, 2003, p. 118).

Discutida pelas lideranças nos primeiros anos da década de 1960, a reforma universitária exigia uma universidade ao alcance dos mais pobres, principalmente dos filhos dos operários e dos lavradores. Isso porque, conforme dados da época, somente 1% dos jovens com idade para tal nível de ensino estava na educação superior. Outra reivindicação central era a maior participação dos discentes nos vários

órgãos colegiados das universidades e a revogação do acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (Usaid), visto como interferência arbitrária do governo norte-americano nas diretrizes acadêmicas do ensino superior nacional. Mesmo assim, o governo militar conseguiu implantar as modificações úteis às classes hegemônicas, nacionais e internacionais, já que a censura, as dissidências internas, a perseguição, a tortura e o assassinato conseguiram combalir o movimento estudantil, embora ele não tenha desaparecido completamente.

Foi apenas com a abertura política e a anistia, durante o governo de João Batista Figueiredo, no início dos anos de 1980, que o movimento renasceu, adotando um tom mais reformista de centro-esquerda e apartidário, no entendimento de Mesquita (2003), se comparado ao caráter revolucionário-socialista que chegou a adquirir nos anos mais duros do regime militar. A UNE também passou a contemplar outras discussões e não apenas as estritamente de classe e educacionais, como é o caso das discriminações raciais, de gênero e de sexo; das temáticas ambientalistas; dos problemas específicos de certos cursos que não acometiam outros etc. No começo da década de 1990, a UNE se avultou com o movimento “caras pintadas”, exigindo nas ruas o *impeachment* do presidente Fernando Collor.

Marly Vianna (2008) assegura que o estímulo para a exigência por democratização e aprimoramento do ensino universitário veio de pressões externas das universidades. Ou seja, a motivação principal veio da articulação do movimento estudantil

com outros movimentos populares, como o movimento de alfabetização propugnado por Paulo Freire, que, tomando corpo no Nordeste, chegou ao Rio de Janeiro juntamente ao movimento de alfabetização de adultos proposto pela UNE. A palavra de ordem naquele contexto era a de introduzir a cultura popular no seio universitário, isto é, educar e, ao mesmo tempo, aprender com os movimentos populares. O golpe militar de 1964 solapou tais movimentos, detendo os membros que os integravam, obrigando que se exilassem ou, então, que vivessem na clandestinidade.

O movimento universitário também é interessante para mostrar que, se a questão de classe socioeconômica fosse a única definidora da sociedade, a UNE, por exemplo, não seria progressista e, por vezes, revolucionária, haja vista a origem social e econômica da maioria dos estudantes universitários do país que prevaleceu por décadas, sobretudo nas instituições públicas, isto é, jovens brancos provenientes das classes média alta e alta. Em lógica análoga, se a classe definisse a característica primária de um grupo, o chamado “evangelismo”, movimento religioso neopentecostal surgido nas periferias dos centros urbanos, constituído por massas pobres, pela classe média baixa, por pretos e pardos, e tendo mais da metade de seus adeptos mais fervorosos constituída por mulheres, não teria tons conservadores e, não raro, reacionários, em termos de gênero e sexualidade, e racistas, já que discrimina abertamente as religiões afro-brasileiras.

Mesquita (2003) também observa que as transformações ocorridas no cotidiano social e a ampliação de outros

movimentos sociais influenciaram sobretudo a UNE, uma vez que ela se viu impelida a absorver e a contemplar temáticas como o feminismo, as questões étnico-raciais, o movimento LGBTQIA+ etc., bem como problematizações sobre temas não exclusivamente estudantis, como a cultura, o meio ambiente, a violência urbana etc. Esse processo fez parte de um reordenamento e autocrítica dentro do próprio movimento por parte dos estudantes militantes acerca do ideário fortemente centralizador e hierarquizado das mobilizações, da organização burocratizada, da proximidade excessiva com alguns partidos políticos, da ausência de discussões e de ações relativas à questão e aos problemas enfrentados pela mulher, pelo negro, pelo indígena, entre outras minorias dentro da universidade e da UNE.

Um dos efeitos da crítica a esse caráter altamente institucionalizado e verticalizado da UNE foi a criação, a partir dos anos de 1990, de fóruns e de secretarias temáticas emergentes – de mulheres, antirracismo, meio ambiente, artístico-cultural – assim como das executivas de curso,⁶ que discutem e tratam de problemas específicos de certos cursos e não pertinentes a outros, buscando maior representatividade junto aos atores que ou estiveram historicamente fora da universidade – indígenas, transexuais, entre outros sujeitos/grupos – ou, quando existiam, estavam silenciados (homossexuais, mulheres etc.). De fato, “[...] estas novas experiências sugerem o surgimento de uma nova sociabilidade militante no movimento estudantil, contrapondo-se às práticas mais tradicionais da militância dos estudantes, reprodutora de

6 Também chamadas de “movimento estudantil de área”.

um comportamento político institucionalizado [...] como os partidos, sindicatos etc.” (MESQUITA, 2003, p. 135).

Foi basicamente a partir da executiva do curso de Agronomia que há, atualmente, um importante espaço-tempo de interlocução, sensibilização e sociabilidade entre a UNE e outros movimentos sociais e/ou as comunidades. A experiência dos estágios de vivência os levou a conhecer outras realidades produtivas e pessoas envolvidas em modelos agrícolas alternativos, cujo pioneirismo coube à Federação dos Estudantes de Agronomia (FEAB), que promove a inserção de estudantes desse curso em acampamentos do MST ou a convivência com produtores de economia solidária, de produtos orgânicos, aldeias indígenas etc. (MESQUITA, 2003). Cursos como Enfermagem e Medicina, no caso da saúde pública, e Pedagogia, no caso da educação pública e/ou popular, também vêm aderindo a essa prática, calcada em ideários distintos do modelo neoliberal vigente na economia mundial. Sendo assim,

[...] para um dos dirigentes da FEAB, [...] um estágio de vivência consegue colocar o estudante em choque com outra realidade, que força o cara pensar criticamente. [...]. Se você é acostumado a ver grandes tratores, grandes colhedoras, veneno, e o latifúndio... qual seja a hora que ele vai para um assentamento, uma área indígena, uma associação de pequeno agricultor, aquilo é contrastante com a realidade do cara, [...], se põe a pensar para quem ele está aprendendo. [...]. Além de ter um cunho formativo no desenvolvimento profissional destes estudantes, o estágio de vivência propicia algo mais que isso: desempenha um papel educativo e de

formação política, chamando os estudantes para uma atuação mais comprometida com os segmentos populares (MESQUITA, 2003, p. 141).

Assim, além de ter um cunho educacional formal, colaborando para o desenvolvimento profissional dos discentes, as experiências vividas nos estágios de vivência propiciam muitas outras aprendizagens. Essas vivências desempenham uma ação educativa não formal, ou seja, contribuem para a formação ética, política e humanista dos estudantes, ao convocar e sensibilizar com o intuito de promover uma atuação profissional futura mais comprometida ou, pelo menos, consciente com as desigualdades do país e com os segmentos desfavorecidos socioeconomicamente.

Em outra frente de análise, a pesquisa de Fraga, Oliveira e Vieira (2016) objetiva coligir e compreender quais são as contribuições da disciplina “Movimentos Sociais e Educação de Jovens e Adultos” para a formação político-acadêmica dos(as) estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tomando como direcionamento metodológico a perspectiva qualitativa, o estudo se delinea como uma pesquisa participante, já que as pesquisadoras, então professora e doutorandas na mesma instituição, participaram como docentes do contexto formativo considerado. Assim, a possibilidade dessa disciplina no currículo de Pedagogia advém, em grande parte, dos encadeamentos produzidos pela legislação originada de pesquisadores e de educadores no seio da sociedade civil em prol de transformações nos rumos da educação e do processo de democratização do Estado brasileiro. Ou seja, a inclusão dessa e de

outras matrizes curriculares no projeto político-pedagógico do curso de Pedagogia da UFES resultou de mobilizações e de lutas de diversas instâncias, entre elas, da Associação Nacional pela Formação de Professores (Anfope).

Consolidada na grade curricular do curso de Pedagogia em 2006, o enfoque dessa proposta privilegia a formação voltada para o ser humano enquanto manifestação de uma educação unilateral, tendo o trabalho pedagógico como cerne formativo e aliado a uma abrangente formação cultural. Na prática, isso se daria criando experiências curriculares que permitem o contato do alunado com a realidade da escola básica e incorporando a pesquisa como elemento precípua da formação. Além disso, o trabalho enfatiza a vivência de modalidades de gestão democrática por parte dos alunos e o desenvolvimento do compromisso coletivo e político da prática docente.

Outro fato que favoreceu a aproximação entre a comunidade e a academia foi a promulgação do Parecer e da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho Pleno (CP) 02/2015, definindo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação de professores para a educação básica. Essas diretrizes orientam as redes municipais e estaduais na atuação mais orgânica junto às instituições formadoras, promovendo uma formação docente inicial e continuada, tendo em vista as distintas modalidades de educação básica (FRAGA; OLIVEIRA; VIEIRA, 2016), de modo a integrar formação política e teórica de modo mais efetivo.

Assim, o perfil profissional em formação pressupõe que o(a) pedagogo(a) assuma uma postura profissional ética, alicerçada na responsabilidade social em relação à construção de uma sociedade inclusiva, solidária e justa. O parecer ainda postula que o curso de Pedagogia deve contemplar o entendimento das dinâmicas da formação humana e das lutas sociais, em que se incluem as do professorado, mediante movimentos sociais. Visando responder a tal demanda, a disciplina “Movimentos Sociais e Educação de Jovens e Adultos” propõe explorar as articulações entre Estado, educação e sociedade civil, partindo das concepções de movimentos sociais e da educação de jovens e adultos e suas contribuições. Essa disciplina tem como objetivos específicos:

- a. Estudar as matrizes teórico-metodológicas da educação popular e da EJA no Brasil e seu legado para a sua prática hoje;
- b. Analisar as relações entre Estado e movimentos sociais;
- c. Conhecer as práticas de certos movimentos sociais e suas demandas por EJA;
- d. Explorar a diversidade de sujeitos da EJA e suas peculiaridades socioeconômicas e culturais.



Figura 4: 57º Congresso da UNE, em 2019, realizado em Brasília (DF)⁷

Fonte: William Honório Lara Rosa/Estudantes Ninja. Imagem sob licença Creative Commons.

Na sala de aula, as pesquisadoras constataram que, na referida disciplina, havia poucos graduandos que já participavam de ações sociais relativas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou de movimentos sociais no princípio da graduação. No entanto, com o desenrolar das atividades político-pedagógicas ao longo dos períodos do curso, elas constataram um envolvimento maior de estudantes em vários tempos/ espaços desse tipo: no Fórum da EJA/ES, no Comitê Estadual do Campo do Espírito Santo, no movimento de greve na UFES, em estágios e visitas a escolas de assentamentos do MST etc. Tal engajamento foi sendo propiciado pela metodologia da disciplina como um exercício investigativo, tendo o trabalho de campo como mote. De acordo com as autoras, assim os(as)

⁷ A imagem pode ser acessada no *link*: bit.ly/57_conune.

discentes de Pedagogia puderam relacionar melhor as discussões teóricas com a prática de pesquisa *in loco*. Tendo em vista que a EJA tem como um dos pilares a educação popular, campo de conhecimento gestado nos movimentos sociais, foi sendo colocado para a disciplina o desafio de não negligenciar tal ênfase, visto que deve ser a matriz fundante da formação acadêmica e política dos graduandos, conforme a perspectiva de Freire (1982) de que toda ação educacional é também política.

Considerando a atual configuração brasileira como um país capitalista tardio e periférico, de crise estrutural regida por um modelo de desenvolvimento assentado em uma concepção mercantilizada de mundo, importa refletir sobre a árdua tarefa de reconceituar os movimentos sociais. Segundo Gohn (2012, p. 14),

[...] um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. [...]. Tem como constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; [...] e culturas próprias [...]. Têm nos direitos a fonte de inspiração para a construção de sua identidade.

A mesma cientista entende que os movimentos sociais são calcados num projeto de sociedade e ressignificam os ideais clássicos de igualdade, liberdade e fraternidade, tematizando a justiça social, a autonomia e a solidariedade. Eles também agem como fiscalizadores e controladores das políticas públicas ao atuarem em fóruns, conselhos, ONGs e câmaras em

níveis local, regional e/ou nacional. Ela salienta a importância dos movimentos sociais como educadores daqueles que os protagonizam, na esteira do filósofo marxista Antonio Gramsci, para quem a formação de lideranças dentro da classe trabalhadora como intelectuais orgânicos é basilar para o êxito das lutas sociais. Tal conceito é reatualizado pela formação política e teórica dos militantes de movimentos sociais, posto que não é suficiente que tenham apenas alto nível de conhecimento prático, mas transformem esse saber em ações que se combinem com as motivações e as demandas populares, exteriorizando ações concretas (FRAGA; OLIVEIRA; VIEIRA, 2016).

Logo, além da unidade grupal, um movimento social necessariamente se particulariza por certa perspectiva de ação e conscientização, que pode ser tanto no sentido de preservação do *status quo* da sociedade quanto de sua ruptura, o que significa que nem sempre um movimento terá uma ação social revolucionária. Dois exemplos atuais na sociedade brasileira que podem ser citados são as torcidas organizadas, altamente tradicionais no que diz respeito às questões de gênero e de orientação sexual, que tomaram fôlego no país sobretudo a partir dos anos de 1980, e os evangélicos neopentecostais, que galgaram espaço no cenário brasileiro, mormente a partir da década de 1990.

Uma importante conexão entre a educação e os movimentos sociais é a mobilização surgida dos setores trabalhistas educativos, que exigem mais participação nas decisões político-administrativas da área. Esse pleito ganhou corpo em movimentos e entidades que assumiram um papel

essencial no processo de abertura política no fim dos anos de 1970 e começo de 1980, dentro de um processo maior; a democratização da sociedade e da educação brasileira. Fraga, Oliveira e Vieira (2016) ainda destacam que, da confluência de diversas organizações e movimentos, surgiu o Fórum de Educação na Constituinte, que, a partir da década de 1990, transformou-se em Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que capitaneou ações em prol da educação gratuita e pública como dever do Estado e direito de todos. Suas manifestações legaram marcas em distintos momentos da política educacional do país. Um exemplo foi durante a elaboração da Constituição, entre 1986 e 1988, e na tramitação da Lei nº 9.394/1996, que instituiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ou, mais recentemente, em torno de debates acerca do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

Concernente à EJA, mesmo com os avanços conseguidos a duras penas pela militância por meio dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil, a Educação de Jovens e Adultos ainda enfrenta problemas. Um exemplo deles é o esvaziamento e a desqualificação dos direitos conquistados com a Constituição de 1988, semelhantemente às negações de direitos que também acontecem com outras conquistas das políticas educacionais. Mesmo com esses reveses, na compreensão de Sérgio Haddad e Maria Clara Di Piero (2000), o Parecer do CNE e da sua Câmara de Educação Básica (CEB) 11/2000 reafirmou a EJA como uma modalidade de educação básica voltada para a escolarização de sujeitos que não tiveram seu processo de escolarização concluído na chamada idade própria/ano escolar.

Ao final da disciplina, os estudantes ressaltaram o seu papel para a formação em Pedagogia e como docentes em geral, bem como articularam a outras disciplinas da grade curricular. Um dos discentes estabeleceu vínculos com a “Sociologia da Educação” e destacou a noção de ideologia: “Eu comecei a ver o desdobramento das ações que a gente vê, mas não enxerga [...]. Eu comecei a ver os resultados dessas questões ideológicas que são colocadas e a gente nem percebe que estão ocorrendo” (FRAGA; OLIVEIRA; VIEIRA, 2016, p. 85).

Outra aluna ressaltou que a aproximação dos movimentos sociais amplia a percepção sobre eles, visão muitas vezes restrita a imagens negativas propagadas pela grande mídia. No que concerne à possibilidade de discutir a EJA a partir dos movimentos sociais, a discente coloca que isso inverte a lógica com que usualmente se observa a educação, a partir de quem está na base, não mais a partir de cima: dos especialistas, mestres, burocratas etc. Ou seja, parte-se, agora, do olhar de quem está na ponta, agindo ativamente na educação.

Assim, a grande maioria dos(as) alunos(as) que cursaram a disciplina “Movimentos Sociais e Educação de Jovens e Adultos” passou a entender melhor o diálogo entre os dois campos e sua importância para a complexidade social, econômica e política que compete à educação popular voltada para os segmentos etário e socioeconômico para os quais ela se direciona. Logo, ficou explícito, na conclusão da referida disciplina, que a EJA não pode ser discutida de maneira separada dos movimentos sociais, embora a carga horária da disciplina

(60 horas) tenha sido insuficiente para um aprofundamento teórico e prático no tocante às duas temáticas.

Conforme Fraga, Oliveira e Vieira (2016), os entrelaçamentos entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e os movimentos sociais explicitados pela ação política de militantes/profissionais da educação em defesa da educação brasileira indicam a grande pertinência desse conteúdo para a formação de futuros(as) pedagogos(as) e educadores(as). As pesquisadoras apontam, ainda, a necessidade de mais diálogo entre os saberes levados pelos estudantes e aqueles provenientes de suas vidas concretas, bem como das práticas sociais, da participação dos discentes nas atividades acadêmicas e dos conhecimentos populares e científicos.

Elas avaliam que a disciplina “Movimentos Sociais e Educação de Jovens e Adultos” conseguiu, em grande medida, contribuir para a formação acadêmica dos docentes, visto que ajudou na ressignificação dos saberes práticos e teóricos mobilizados em torno dessa temática e que emergiram no curso. Com o passar dos semestres, elas notaram também que a disciplina vem sendo um espaço de estímulo à participação estudantil em diversos movimentos sociais internos (UNE, mulheres negras etc.) e externos à universidade (feministas, LGBTQIA+ etc.), o que, indubitavelmente, contribui para a formação em Pedagogia e em outras licenciaturas. Nesses termos, o que acontece geralmente na graduação é que a

[...] centralidade da atuação do pedagogo para atuar na escola básica e, portanto, com o processo de escolarização, acaba, de modo geral, por não explorar com

a devida potencialidade outros espaços e tempos formativos, que os movimentos sociais e a EJA promovem, para além da escola (FRAGA; OLIVEIRA; VIEIRA, 2016, p. 89).

Finalizando, as cientistas sublinham o desafio de incentivar, nos cursos de Pedagogia, o estabelecimento de espaços de maior interlocução com as ações dos movimentos sociais, para favorecer o contato com as práticas e experiências da EJA no âmago do poder público e da sociedade civil, tendo como foco as contribuições para uma formação acadêmica e política mais complexa.